

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 18 a 22 de maio, em Brasília.

STF, MINISTRO DA SAÚDE E VETOS

A investigação em curso no Supremo Tribunal Federal, originada com a saída do ex-ministro Sergio Moro, deve ter novos desdobramentos.

O ministro Celso de Mello deve decidir hoje se divulga vídeo de reunião ministerial, onde Bolsonaro teria comentando sobre suas intenções de exigir informações dos órgãos de inteligência. A Procuradoria-Geral da União e Advocacia Geral da União defendem apenas a divulgação parcial do vídeo, que diz respeito ao objeto do inquérito, por questões de confidencialidade e segurança nacional. O advogado de Sergio Moro solicitou que o vídeo seja publicado na íntegra. O General Heleno rebateu a intenção de Moro e afirmou que pleitear que seja divulgado, inteiramente, o vídeo de uma reunião ministerial, com assuntos confidenciais e até secretos, “para atender a

interesses políticos, é um ato impatriótico, quase um atentado à segurança nacional”.

Ministro da Saúde permanece indefinido. A presidência da república informou que o general Eduardo Pazuello, que ocupava a secretaria-executiva, deve assumir de forma interina o comando da pasta. Nise Yamaguchi, que defende uso da hidroxicloroquina em casos leves, o psiquiatra Italo Marsili e o deputado e ex-ministro Osmar Terra são nomes cotados.

Bolsonaro e Paulo Guedes devem se reunir nesta semana com Rodrigo Maia, Davi Alcolumbre e governadores. O objetivo da reunião é debater a questão dos vetos ao projeto de lei que oferece auxílio financeiro para Estados e Municípios, que aguarda sanção presidencial. O dispositivo de maior polêmica é o que trata dos reajustes salariais de servidores públicos.

Destaques da Semana

Segunda

- [Decisão do STF](#) acerca da divulgação da gravação da reunião ministerial do dia 22 de abril.

Semana

- [Reunião para debater](#) os vetos ao projeto de lei que oferece auxílio financeiro para Estados e Municípios.
- Expectativa de decisão na sucessão do Ministério da Saúde.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente – Jair Bolsonaro se reuniu, nesta segunda (18), com o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, com o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, com o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes e com o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni.

Casa Civil	Agenda do Ministro-Chefe – Braga Netto se reuniu, nesta segunda, com o presidente da Shell Brasil, André Araújo, com o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, com o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos e participou de reunião do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.
ME Ministério da Economia	Agenda do Ministro – Paulo Guedes se reuniu, nesta segunda, com o presidente da República, Jair Bolsonaro e com os secretários especiais do Ministério. Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2020 subiu de US\$ 42,50 bilhões para US\$ 43,35 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado foi elevada de US\$ 42 bilhões para US\$ 42,80 bilhões. A previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em 2020, caiu de US\$ 70,75 bilhões para US\$ 65 bilhões. Para 2021, a estimativa dos analistas recuou de US\$ 79 bilhões para US\$ 76 bilhões.
BACEN Banco Central do Brasil	Agenda do presidente – Roberto Campos Neto se reuniu com o diretor-presidente do Instituto de Tecnologia da Informação (ITI), Marcelo Amaro Buz e com o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga. Boletim Focus – Economistas do mercado financeiro baixaram a estimativa de queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,11% para 5,12% em 2020. Essa foi a décima quarta semana seguida de revisão para baixo. A previsão de inflação para o ano também foi reduzida. Os especialistas baixaram a estimativa de queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,11% para 5,12% em 2020. Essa foi a décima quarta semana seguida de revisão para baixo. A previsão de inflação para o ano também foi reduzida. A expectativa de inflação do mercado para este ano segue abaixo da meta central, de 4%, e também do piso do sistema de metas, que é de 2,5% neste ano. Para 2021, o mercado financeiro reduziu de 3,25% para 3,20% sua previsão de inflação. A projeção para a taxa de câmbio no fim de 2020 avançou de R\$ 5 para R\$ 5,28. Para o fechamento de 2021, subiu de R\$ 4,83 por dólar para R\$ 5 por dólar.
BNDDES Banco Nacional do Desenvolvimento	Agenda do presidente – Gustavo Montezano se reuniu com representantes do Ministério da Economia, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados

Plenário

Na Câmara foi convocada sessão para esta terça (19) em que devem ser votados o [PLP 9/2019](#), que possibilita aos que estão enquadrados no regime do Simples Nacional a adesão à transação tributária a ser tratada por Lei Federal; o [PL 1397/2020](#), que altera o regime de falência, recuperação judicial e extrajudicial, em razão da crise do coronavírus; o [PL 1562/2020](#), que torna obrigatório o uso de máscaras de proteção para circulação em locais públicos; o [PL 1194/2020](#), que dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos e refeições prontos para o consumo; e o [PL 550/2019](#) que altera a Lei de Segurança de Barragens para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens.

Há expectativa de que seja realizada reunião de líderes da Câmara durante a semana, o que pode ocasionar em alterações na pauta anunciada.

Senado Federal

Plenário

Por sua vez, o Senado Federal convocou sessão para esta terça (19) e deve votar a [MPV 915/20219](#) (Alienação de imóveis da União) o [PL 890/2020](#), que inclui na cobertura dos seguros de vida óbitos decorrentes da Covid-19; e o [PL 1166/2020](#), que estabelece teto de 20% ao ano para todas as modalidades de crédito ofertadas por meio de cartões de crédito e cheque especial para todas as dívidas contraídas entre os meses de março de 2020 e julho de 2021.

Também foi convocada sessão para a quarta (20), em que devem ser apreciados o [PL 1328/2020](#), que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, com suspensão temporária de pagamentos das prestações das operações de créditos consignados em benefícios previdenciários, enquanto persistir à emergência de saúde pública; o [PL 911/2020](#), que eleva para 50% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização; e o [PL 1543/2020](#), que autoriza a prorrogação de dívidas rurais em decorrência da pandemia do coronavírus (Covid-19).

Política

Sem alarde, Guedes já faz planos para a retomada. Diante da pandemia, do número crescente de mortes e da discussão sobre a adoção de *lockdown* (bloqueio total) em grandes cidades do País, o Ministério da Economia diz que ainda não é o momento de discutir a retomada. Mas, nos bastidores, a equipe econômica já está traçando os cenários e fazendo estimativas preliminares para o *day after*. Segundo o Estadão apurou, os técnicos do ministério estão indo atrás dos protocolos de saída de *lockdown* em diversos países, para conhecer melhor as diferentes estratégias de retomada adotadas pelo mundo, avaliar as melhores práticas e selecionar aquelas que podem ser replicadas no Brasil. Fonte: O Estado de S. Paulo

Poder Judiciário

Celso de Mello manda notificar Bolsonaro a respeito de ação no STF sobre impeachment. O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o presidente Jair Bolsonaro seja comunicado de que um grupo de advogados apresentou uma ação à Corte com o objetivo de obrigar o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a analisar um pedido de impeachment. Em sua decisão, Celso permite que Bolsonaro, se quiser, faça a contestação da ação. Esse grupo de advogados recorreu ao STF a fim de obrigar Maia a analisar a denúncia por crime de responsabilidade – pela Constituição, cabe à Câmara autorizar o procedimento para verificar se houve crime do presidente. Os advogados pediram também à Corte que determine ao presidente Jair Bolsonaro uma série de medidas em meio à pandemia do coronavírus. Fonte: G1 Notícias

Último Foco

CVM adota regras simplificadas para startups. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou na sexta, 15/5, uma regulamentação do que chama de 'sandbox', que traz regras simplificadas para negócios inovadores ligados ao mercado de capitais. Os participantes do sandbox receberão licença temporária e serão

dispensados temporariamente de exigências regulatórias, mas terão limites à atuação e salvaguardas para mitigar riscos, enquanto são monitorados pela CVM, que poderá intervir, se entender necessário, segundo a instrução. A CVM avalia que a medida pode ajudar a diminuir custos e tempo para desenvolver produtos, e negócios inovadores, que também podem ter mais visibilidade para atrair capital de risco e aumentar a competição no mercado. De acordo com a norma, para serem admitidos ao sandbox, os projetos serão validados por meio de provas de conceito ou protótipos e não poderão estar em fase conceitual apenas. Fonte: Convergência Digital

STF julga na quarta-feira ações sobre bloqueio do WhatsApp. O Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar na quarta-feira (20) duas ações que contestam a validade de decisões judiciais que determinaram o bloqueio do aplicativo WhatsApp em todo o país. A decisão da Corte deverá esclarecer se a Justiça pode impedir o funcionamento temporário do aplicativo devido à recusa de entrega de informações de usuários investigados por diversos crimes. Em todo o país, magistrados determinam a quebra de sigilo de usuários que são investigados e obrigam o Facebook, que é proprietário do aplicativo, a repassar os dados das conversas com outros usuários à Justiça. No entanto, o aplicativo alega que não pode cumprir a decisão porque as mensagens são criptografadas de ponta-a-ponta, ou seja, não podem ser interceptadas por terceiros e não ficam armazenadas nos sistemas da empresa. Fonte: Agência Brasil

Governo vai usar Alexa, da Amazon, para informar sobre serviços digitais. O Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Governo Digital, assinou um acordo com a Amazon para utilizar a assistente virtual Alexa como canal de informações sobre serviços públicos no Brasil. Ao perguntar à inteligência artificial é possível saber, por exemplo, como ter acesso ao seguro desemprego, tirar as carteiras digitais de trabalho e de trânsito, detalhes sobre o auxílio emergencial ou ter informações sobre prevenção contra o novo coronavírus. Segundo a SGD, a intenção da parceria é melhorar a experiência dos cidadãos no acesso a informações sobre serviços públicos digitais. Para isso, o equipamento responde a algumas perguntas de interesse público, com base no Gov.Br, o portal do governo federal. Fonte: Convergência Digital

Leilão 5G: satelitais questionam necessidade de 400 MHz em banda C. Preocupadas com o impacto da liberação de 100 MHz adicionais em 3,5 GHz (3,625 a 3,7 GHz) para o leilão de 5G, as operadoras de satélites com operação no Brasil estão questionando a necessidade da alocação de 400 MHz de banda total licitada no certame. Segundo o setor, a decisão poderia comprometer o retorno aos cofres públicos gerado pelo processo ou incorrer em espectro não comercializado. "Onde foram licitados mais de 300 MHz em 3,5 GHz? Principalmente na Europa, e em muitas destes lugares, não foi algo bem-sucedido, isso mesmo antes da pandemia [do novo coronavírus]", afirmou na sexta-feira, 15, o gerente-geral da Intelsat Brasil, Márcio Brasil, durante evento online com a cadeia satelital promovido pelo portal Tele.Síntese. Fonte: Teletime

Crise faz disparar no País projetos que preveem quebra de contratos. A crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus fez disparar em todo o País o número de projetos legislativos que preveem a quebra de contratos. Levantamento da empresa Sigalei, feito a pedido do Estadão/Broadcast, mostra que no Congresso Nacional, nas 15 principais Assembleias Legislativas e na Câmara Municipal de São Paulo já existem 352 propostas que buscam impor, entre outras coisas, redução de juros em empréstimos, descontos em mensalidades escolares e suspensão de pagamentos por serviços essenciais durante a pandemia. Fonte: O Estado de S. Paulo

Governo nomeia indicado do PL para diretoria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. O governo nomeou um indicado do PL para o cargo de diretor de Ações Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Garigham Amarante Pinto, advogado de formação, atuou nos últimos 22 anos em funções de assessoria no partido. A nomeação foi publicada no "Diário Oficial" na segunda-feira (18). O cargo mais recente de Garigham era de assessor do líder do PL na Câmara, deputado Wellington Roberto (PB). Garigham é homem de confiança do presidente do partido, Valdemar da Costa Neto, condenado no julgamento do mensalão. Fonte: G1 Notícias

Financiamento à folha de pagamento não precisará ser para todos os empregados, diz relator. O programa do governo de financiamento à folha de pagamento será modificado para que os empresários possam tomar crédito para bancar os salários de qualquer percentual desejado da sua força de trabalho, disse o relator da Medida Provisória, deputado Zé Vitor (PL-MG). Como há a contrapartida de manutenção dos trabalhadores depois do período de salário financiado, Zé Vitor acredita que os empresários acabam não

tomando o crédito pelas inúmeras incertezas ligadas à crise e ao tamanho que seus negócios terão depois. Com a mudança proposta, apenas os trabalhadores que tiverem o salário financiado terão garantia de manutenção depois. O parecer do deputado também deve contemplar empresas maiores, em empréstimos também mais longos. Originalmente, o programa foi criado para financiar por até dois meses os salários em negócios com faturamento anual entre 360 mil e 10 milhões de reais. Fonte: Reuters

Até o fim de maio vamos avaliar a necessidade de prorrogar o adiamento do pagamento de tributos, diz secretário da Receita. O secretário da Receita Federal, José Tostes Neto, afirmou na sexta-feira (15) que o governo faz uma análise diária sobre a necessidade de prorrogar ou não o adiamento dos pagamentos de tributos que foram alterados por causa da crise provocada pelo coronavírus. Segundo o secretário, o governo deve decidir se prorroga ou não ainda neste mês. "Até o fim de maio vamos avaliar a necessidade ou não da extensão do diferimento (adiamento). É uma avaliação diária que estamos fazendo", afirmou Tostes Neto durante uma live promovida pelo site JOTA. "Temos um monitoramento diário feito pelo gabinete de crise, acompanhamos o movimento da economia, da arrecadação para saber se é necessária alguma outra medida", disse. Fonte: G1 Notícias

STF suspende liminar e mantém desconto nas contribuições ao Sistema "S". Uma decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, suspendeu liminar do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região e manteve o desconto de 50% nas alíquotas recolhidas pelas empresas ao Sistema "S", assim como o aumento da taxa cobrada pela Receita Federal, de 3,5% a 7%, para arrecadar essas contribuições. A decisão do TRF contrariava alterações impostas pela Medida Provisória nº 932 em razão da pandemia e beneficiava o Sesc e o Senac do Distrito Federal. Para as entidades, haveria desvio de finalidade na MP, por se aproveitar de um momento de crise, e retrocesso social pelo impacto no ano letivo das escolas do Senac. Fonte: Valor Econômico

MP que permite corte de salário pode ter prorrogação setorial. Relator da Medida Provisória (MP) 936, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) definiu com o governo que o presidente Jair Bolsonaro poderá propor, por decreto, a prorrogação do corte de salários e jornada de trabalho enquanto durar a calamidade pública causada pela covid-19. O adiamento poderá ser geral ou apenas para alguns setores, a depender do Executivo. Por outro lado, adiar exigirá um novo acordo com entre empresas e trabalhadores, e o parlamentar quer ampliar o número daqueles que precisarão de acordo coletivo. A MP diz que para corte de 25% do salário, independentemente da faixa de renda, o acordo pode ser individual. Se for uma redução maior, de 50% ou 70%, é necessária uma convenção coletiva, negociada com o sindicato para toda a categoria, para quem ganha entre R\$ 3 mil e R\$ 12 mil. Fonte: Valor Econômico

Aumento na inadimplência de empresas preocupa bancos e entra no radar do BC. O aumento da inadimplência das empresas por causa da crise do coronavírus já entrou no radar do sistema financeiro. Na divulgação dos balanços do primeiro trimestre, os quatro maiores bancos do País (Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil) destinaram R\$ 28 bilhões para bancar possíveis calotes de empréstimos concedidos no passado – R\$ 10 bilhões a mais que em igual período de 2019. Fonte: O Estado de S. Paulo